



## 3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

---

**Eixo: Pobreza e desigualdades no capitalismo contemporâneo**

### **Excluídos da sociedade: análise acerca da população em situação de rua de Muriaé (MG)**

**Tamara de Paula Almeida<sup>1</sup>**  
**Wellington Alvim da Cunha<sup>2</sup>**  
**Diogo Cruz Ferreira<sup>3</sup>**

#### **Resumo**

O objetivo deste estudo é discutir o fenômeno da desigualdade, com ênfase no segmento população de rua. Interpreta através da pesquisa qualitativa a visão da sociedade civil de Muriaé-MG sobre esse subgrupo. Aplica-se entrevistas a população de rua, traçando o perfil desses. Verificou-se que 75% dos entrevistados se reconhecem alcoolista e que muitos já estiveram internados em comunidades terapêuticas. Indaga-se então, se os métodos utilizados pelas comunidades terapêuticas são eficientes. Sabe-se que não existe uma legislação pertinente específica para esse segmento, somente um decreto em nível Nacional. Faz-se fundamental pensar alternativas para enfrentar a problemática desse público com mais eficiência.

**Palavras-chave:** Desigualdade. Exclusão social. Pessoas em situação de rua.

#### **Abstract**

The objective of this study is to discuss the phenomenon of inequality, with an emphasis on population segment street. Plays through qualitative research the vision of civil society Muriaé-MG on this subgroup. Applies interviews with homeless people, tracing the profile of these. It was found that 75% of respondents recognize alcoholic and that many have already been admitted to therapeutic communities. We look into so if the methods used by therapeutic communities are efficient. It is known that there is no specific legislation relevant to this segment, only a decree at the national level. It will be fundamental to consider alternatives to address the problem of public more efficiently.

**Keywords:** Inequality. Social exclusion. People on the streets.

## **1- INTRODUÇÃO**

---

<sup>1</sup> Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Viçosa (UFV)

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Este artigo tem o objetivo de analisar o perfil das pessoas em situação de rua da cidade de Muriaé- MG no ano de 2013, para isso utilizou-se entrevistas semiestruturadas a esse público e pesquisa bibliográfica, que foram fundamentais para as discussões acerca da análise crítica que envolve o fenômeno multifacetado pessoas em situação de rua, um público altamente complexo e com muitas peculiaridades.

O artigo está estruturado da seguinte forma, inicialmente no referencial teórico é apresentado breve contextualização da exclusão social e desenvolvimento econômico, posteriormente discussão acerca da desigualdade social no contexto brasileiro eo advento das pessoas em situação de rua.

A expansão dessa população sobranete nesse contexto, está intrinsecamente relacionada às mudanças do mundo do trabalho, já que em função do novo modo de organizar a produção baseados na automação e microeletrônica, há o aumento do desemprego estrutural, ou seja, da população supérflua que não se insere no mercado de trabalho, e que portanto, não tem sua subsistência garantida, simultaneamente a esse processo sofrido especialmente na década de 1990, com a desregulamentação de direitos, e a redução do Estado no que se refere as políticas públicas. Esse caráter focalista do Estado tende a agravar ainda mais as condições de vida da população em situação de rua, que não tem assegurado oportunidade de emprego, alimentação de qualidade, moradia, saúde, educação dentre outros direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

Posteriormente no ponto três que diz respeito aos métodos apresenta-se como foi realizada a coleta de dados, caracterizando a pesquisa, entrevista-se 20 pessoas da sociedade civil para verificar a percepção desses sobre a população de rua e a visão desses do porque as pessoas estão em situação de rua.

Aplica-se ainda 40 questionários a pessoas em situação de rua no intuito de analisar compatibilidade do perfil dos entrevistados de um município de médio porte com a pesquisa nacional sobre esse público, suas características principais, apontando as maiores dificuldades para o acesso a direitos básicos que esse segmento pauperizado sofre, como a falta de documentação civil apontada por alguns entrevistados.

Verifica-se nível de sociabilidade das pessoas em situação de rua de Muriaé-MG, tempo de permanência na rua, escolaridade, gênero, religião, se possuem familiares no município, vínculo familiar, profissão, aspecto de saúde dentre outros elementos que

permitiram compreender o fenômeno pela perspectiva dos sujeitos participantes do estudo.

Faz-se necessário desvendar os elementos presentes na sociedade que culminam para o cenário de desigualdade social, sendo importante deixar claro como uma característica inerente a ordem do capitalismo. Assim para entender a problemática que envolve as pessoas em situação de Rua é fundamental compreender o histórico da exclusão social.

As expressões da questão social proclamam as desigualdades de acesso tanto a bens materiais, quanto a cultura, educação, lazer, habitação, alimentação insuficiente, desemprego e debilidades na saúde. A população empobrecida e explorada pelo sistema capitalista assiste seus direitos básicos violados, pois com o advento do neoliberalismo as relações de trabalho se deterioram. Segundo Soares (2002) os pobres passaram a ser uma nova “categoria classificatória”, alvo das políticas focalizadas de assistência, mantendo a sua condição de “pobre” por uma lógica coerente com o individualismo que dá sustentação ideológica a esse novo modelo de acumulação: no domínio do mercado, existem “naturalmente”, ganhadores e perdedores, fortes e fracos, os que pertencem e os que ficam de fora.

Entende-se que não há possibilidade de se construir políticas públicas ou intervenções para esses usuários se não houver o conhecimento preciso da realidade e das múltiplas questões que envolvem esses, que são vistos com olhar segregador, simplista e até mesmo sobre a lógica higienista, ou seja, olhar de que os moradores de rua “*enfeiam*” as cidades e por isso devem ser retirados da rua.

Para desenvolver as análises propostas, artigo foi dividido em 4 partes, além desta introdução. Na seção 1, é apresentado referencial teórico sobre exclusão social e posteriormente breve discussão sobre as pessoas em situação de rua no Brasil. Posteriormente serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a condução desta pesquisa científica, revelando as opções adotadas quanto ao tipo de pesquisa, universo do estudo, coleta e análise dos dados. Na sequência, serão apresentados os resultados e discussões e por fim, as *considerações finais* serão pontuadas na última seção.

## **2- REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 – Exclusão Social e Desenvolvimento Econômico**

De acordo com Sposati (1999, p. 103), exclusão é um processo complexo, multifacetado, que ultrapassa o “econômico do ponto de vista da renda e supõe a discriminação, o preconceito, a intolerância e a apartação social”. Dupas (1999) delimita o conceito exclusão social, entendendo-a como a incapacidade de satisfazer necessidades básicas, compreendendo não apenas pela ideia de falta de acesso aos bens e serviços, mas também à justiça, à segurança e à cidadania.

As inúmeras formas de escravatura, exílio, desterro, excomunhão são exemplos de manifestações históricas que remontam a exclusão, ou seja, a distinção entre determinamos indivíduos de outros. Na Europa por ordem humana ou religiosa distinguiam os que possuíam o pleno direito dos que simplesmente não eram merecedores desse.

Concomitantemente com o desenvolvimento capitalista, desenvolvem-se também as manifestações da questão social, produzindo diferentes injustiças sociais, de acordo com o estágio do capitalismo. Netto (2001) afirma que a” questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo.

Para Pereira (2007) o regime capitalista do século XIX alterou tudo que estava a sua volta, impondo uma nova rede de relações sociais e um novo ritmo de trabalho, revelando que sua influência não se restringe apenas às relações comerciais ou ao processo industrial. O desenvolvimento industrial segundo a autora frustrou as expectativas otimistas quanto à resolução do problema pobreza. A miséria longe de diminuir, aumentou. À pobreza clássica, residual, e composta dos “desfilados” da ordem tradicional, sucedeu-se a miséria maciça, rapidamente percebida como consequência direta do funcionamento do novo sistema econômico.

Castel (1998, p. 26) denomina desfiliação como um processo de “populações ameaçadas de invalidação social”, segundo o autor desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstruir um percurso.

O sistema neoliberal que prevê o estado mínimo a diminuição de investimentos nas políticas sociais, restaurando a taxa “natural” de desemprego, o que cria o exército de reserva como forma de destruir o poder dos sindicatos. Gera ainda mais exclusão social,

já que dinamiza a economia de modo a desproteger os direitos trabalhistas, aumentar a informalidade, o trabalho temporário, baixos salários e por consequente uma “nova pobreza”. Em suma o modelo do Estado reduzido gera ainda, ações filantrópicas de organizações não governamentais, assistencialismo e focalização dos programas sociais.

A implementação do sistema neoliberal no Brasil foi iniciada no Governo de Collor em 1991 e aprofundado no Governo de Fernando Henrique Cardoso, há um dismantelamento das políticas públicas, e principalmente um retrocesso no que diz respeito aos direitos sociais que haviam sido garantidos na Constituição Federal de 1988, mas que diante o contexto de privatizações, desemprego estrutural, diminuição de gastos públicos, pauperização e outros, não seriam garantidos efetivamente como instituídos em Lei. O que representou um esvaziamento do setor público.

Nessa dinâmica o País cresce economicamente, crescente ao lado com esse índice o número de Pessoas em Situação de Rua, devido ao desemprego estrutural, baixos salários, aumento desordenado da área de urbanização e outros.

O Estado reproduz o sistema capitalista Sem alterar praticamente as desigualdades por ele geradas, contendo possíveis conflitos, respondendo humanitariamente a situação de miséria e pobreza dos trabalhadores e dos grupos mais explorados, mas sempre dentro dos limites impostos pela acumulação do capital e pelo jogo político (SPOSATI, *apud*, PASTORINE,2004, p.105).

## **2.2- Brasil, Desigualdade Social e Pessoas em Situação de Rua**

O Brasil apresenta um dos maiores índices de concentração de renda do mundo, segundo o censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) os 10% mais ricos da população brasileira ganharam, em 2010, 44,5% do total de rendimentos, enquanto os 10% mais pobres ficaram com 1,1%. O dado que deixa mais claro a desigualdade de distribuição de renda é a comparação entre a renda dos 10% mais ricos e a renda dos 10% mais pobres, tendo em vista que o primeiro grupo ganha trinta e nove vezes mais que o segundo.

Entre as capitais manteve-se a tendência de melhores níveis de rendimento domiciliar per capita nas regiões Sul e Sudeste.

Nascimento (1994) pontua que um contingente cada vez maior de pessoas transforma-se de exército de reserva em lixo industrial. Não apenas não tem trabalho ou capacidade de gerar renda suficiente como não tem as qualidades requeridas para nele ingressar.

Os indivíduos tornam-se, em primeiro lugar, desnecessários economicamente. Perdem qualquer função produtiva e passam a se constituir em um peso econômico para a sociedade (do mundo do trabalho) e para o governo. Em segundo lugar, com estas mudanças sociais ocorrem transformações nas representações sociais a respeito destes indivíduos.

Uma sociedade centrada no consumo, como a que estamos inseridos, existem “os jogadores”, “os jogadores aspirantes” e os “jogadores incapacitados”, que não tem acesso à moeda legal. Estes devem lançar mão dos recursos para eles disponíveis, sejam legalmente reconhecidos ou não, ou optar por abandonar em definitivo o jogo (BAUMAN, 1997, p. 56).

Está-se vivendo no Brasil e nos mais diversos países do mundo, segundo Pereira (2007, p.06) “uma nova e alarmante expressão da velha questão social”. Pode-se afirmar que este segmento populacional sofre todos os tipos de violação de direitos humanos, pois não possui moradia, alimentação suficiente, emprego, acesso à saúde, entre outros.

De acordo com Silva (2006, p. 79), as condições histórico-estruturais que deram origem e reproduziram continuamente o fenômeno população em situação de rua nas sociedades capitalistas são as mesmas que originaram o capital e asseguram sua acumulação resguardadas as especificidades históricas, econômicas e sociais. Silva (2006) assinala ainda que no Brasil, não se tem conhecimento de estudo e resgate histórico do fenômeno, entretanto, a realização dos primeiros estudos sobre o fenômeno no curso dos anos 1990, revelam que com a expansão do neoliberalismo e da reestruturação produtiva há um crescimento significativo da população em situação de rua.

Conforme Bauman (1997, p.49-52) os últimos trinta anos foram decisivos para as mudanças características da sociedade ocidental. Antes, estar desempregado era a designação daqueles sem trabalho e constituía-se na exceção. Hoje as melhorias econômicas já não apontam para a ampliação dos empregos, mas sim para a diminuição da força de trabalho e flexibilidade das relações de trabalho que são por sua vez consideradas como parte do progresso. Empregos como antes eram compreendidos agora

não existem mais; “o capital já se tornou a encarnação da flexibilidade [...] Sem empregos, há pouco espaço para a vida vivida como projeto, para planejamento de longo prazo e esperanças de longo alcance”.

Os segmentos da população que vive nas ruas são as expressões dramáticas da “questão social” na sociedade contemporânea.

Para Castel *apud* Pereira (2007, p. 123) a rua é a opção que resta aos “sobrantes”, pessoas invalidadas pela conjuntura, como decorrência das novas exigências da competitividade, da concorrência e da redução de oportunidades e de emprego, fatores que conformam a situação atual, na qual não há mais lugar para todos na sociedade. Para ele, esses “sobrantes” são indivíduos “que foram invalidados pela conjuntura econômica e social dos últimos vinte anos e que se encontram completamente atomizados, rejeitados de circuitos que uma utilidade social poderia atribuir-lhes” (*ibidem*). Para sua sobrevivência, como todos na sociedade de consumo, dependem do mercado a diferença está em que esse mesmo mercado não mais precisa de sua força de trabalho, único valor de que dispõem para o processo de troca.

### **3- MÉTODOS**

#### **3.1 – Caracterização da pesquisa**

Para a realização desta pesquisa, adotou-se pesquisa quali-quantitativa, além de preceitos metodológicos da pesquisa descritiva já que buscou através de bibliografias maior conhecimento sobre o tema. Godoy (1995, p.58) explicita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, o qual fundamental também este trabalho: considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto; a análise dos dados foi realizada de forma intuitiva e indutivamente pelo pesquisador; teve como preocupação maior a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados.

O município escolhido para a pesquisa é Muriaé, município do Estado de Minas Gerais, localizado na Zona da Mata, possui área de 843,9 km<sup>2</sup>, com população estimada em 2007 de 100.063 habitantes. Apresenta uma média de 50 pessoas em situação de rua,

que são atendidos diariamente nos serviços de abordagem social e abrigo Casa Acolhedora, um dos locais escolhidos para aplicação das entrevistas.

Instituição Casa Acolhedora foi fundada em 2009, em parceria com Igreja Católica e Prefeitura Municipal de Muriaé. Foi idealizada devido ao grande número de pessoas em situação de rua na cidade e a grande rotatividade de imigrantes no município, tendo em vista que por ser entroncamento de BR, faz-se necessário o trabalho com esse público.

Disponibilizam quatro refeições diárias, higienização, passagens, além do trabalho de solicitação de documentos, benefícios, aposentadorias, entre outros. Trata-se de um trabalho articulado com a rede sócio assistencial da Cidade, onde encaminham para Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), Estratégia de Saúde da Família (ESF's), hospitais, postos de emprego, comunidades terapêuticas, buscando fortalecer o vínculo familiar desses, em busca primordial de assegurar os direitos básicos à pessoa humana.

São acolhidos mensalmente uma média 170 indivíduos, entre pessoas em situação de rua e imigrantes, desde a inauguração já foram mais de 5.000 pessoas diferentes acolhidas pela instituição.

### **3.2- Coleta e análise dos dados**

No que pulsa à amostragem, dada a natureza do estudo, a preocupação ficou centrada no aprofundamento e abrangência da compreensão acerca do objeto, que diz respeito ao perfil das pessoas em situação de rua da Cidade de Muriaé- MG, e a visão da sociedade civil sobre esses, entendendo o número de entrevistas capaz de refletir a totalidade nas suas dimensões.

Observando o critério de saturação, foram aplicados 40 entrevistas semiestruturadas a pessoas em situação de rua da cidade de Muriaé- MG no ano de 2013 contendo 9 perguntas e 20 questionários a pessoas aleatórias da sociedade civil, sendo dez homens e dez mulheres, contendo 2 perguntas para cada. As respostas foram classificadas em termos de porcentagem pelo número de vezes que aparecem nos questionários. A participação das pessoas no estudo se deu de forma voluntária, mediante o seu consentimento e aprovação.



Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. Para a análise do depoimento das pessoas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Vale destacar que trata-se de uma metodologia particularmente adequada para a verificação de hipóteses ou questões formuladas, como também para confirmar ou não as afirmações estabelecidas no trabalho de campo.

Posterior a esse questionário e durante a realização das entrevistas percebeu-se o quanto seria enriquecedor realizar um paralelo entre a pesquisa municipal e a pesquisa nacional sobre população em situação de rua realizada 2007 para averiguar as compatibilidades ou não entre elas. Procurou-se compreender o fenômeno pela perspectiva dos sujeitos participantes do estudo.

Por fim, a interpretação dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Richardson (2010) afirma que esta técnica é utilizada, particularmente, em pesquisas do tipo qualitativo. Bardin (2011) ressalta que esse método consiste em desmembrar o texto em unidades, cujo objetivo é fornecer uma representação simplificada dos dados brutos.

Por fim, a interpretação dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Richardson (2010) afirma que esta técnica é utilizada, particularmente, em pesquisas do tipo qualitativo. Bardin (2011) ressalta que esse método consiste em desmembrar o texto em unidades, cujo objetivo é fornecer uma representação simplificada dos dados brutos.

## **4- RESULTADOS**

### **4.1 – Breve interpretação da sociedade acerca das Pessoas em Situação de Rua**

A primeira análise realizada foi referente à opinião da sociedade civil, inicialmente foi perguntada qual a percepção sobre as pessoas em situação de rua, 30% acredita que é falta de oportunidade, 20% afirma que são pessoas sem perspectiva de vida,

outros 20% remetem população de rua ao desencontro ou perda familiar, enquanto 30% acredita que são pessoas que se excluem da sociedade.

Algumas das falas que se pode destacar para ilustrar a reflexão:

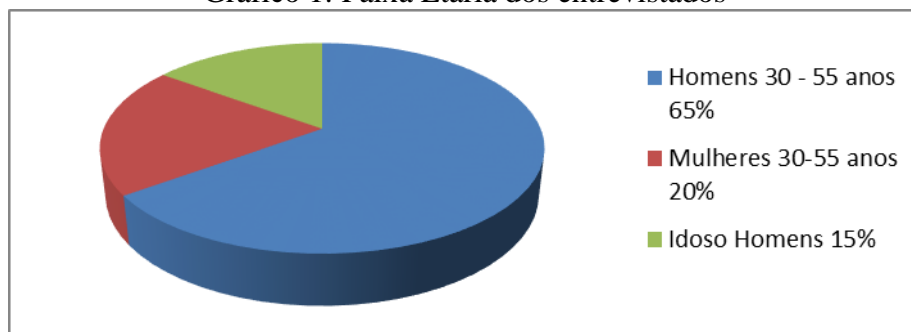
Penso que são pessoas infelizes, insatisfeitas pela falta de perspectiva de vida, que a sua precária situação lhes impõe (A.2).  
 “Tem umas pessoas que são folgadas e abusadas, os que estão na rua por problemas são humildes” (A.1).

Em seguida ao serem questionados sobre o motivo que levam essas pessoas a irem morar na rua, 20% acredita que a causa é a falta de emprego, 30% ausência de uma estrutura familiar e 50% a drogadição (sendo que metade desses não reconhece a toxicoddependência como doença, associando a fraqueza e ou vagabundagem). A maioria dos entrevistados citou esses fatores objetivos relacionados a outras causas subjetivos como: a falta de diálogo, decepções com a família, falta de afeto, ausência de solidariedade dos amigos que se afastam, além de violência doméstica.

#### 4.2 Caracterização das Pessoas em Situação de Rua, do município de Muriaé (MG)

Foram entrevistados 10% das pessoas com distúrbio mental e que, portanto não souberam responder as perguntas com lucidez e clareza como os demais 90%. Do sexo masculino totalizou 80% dos entrevistados, enquanto do sexo feminino 20%, o que demonstra que existem muito mais homens em situação de rua do que mulheres. O que é uma realidade Brasileira e constatada também na pesquisa nacional de pessoas em situação de rua, realizada em 2007.

Gráfico 1: Faixa Etária dos entrevistados



Fonte: Dados da pesquisa

Em relação à documentação 55% não possui nenhum documento, enquanto 45% possui pelo menos uma documentação, desse total somente 20% recebe algum benefício. Falta de documentação é um entrave para o exercício da cidadania desse segmento, exemplo no que diz respeito à inclusão desses no Cad Único.

No que se refere à escolaridade 15% dos entrevistados é analfabeto, enquanto 15% cursou o ensino fundamental completo, 30% ensino fundamental incompleto, 30% ensino médio incompleto, 10% ensino superior. Em relação à escolaridade da pesquisa nacional a maioria dos entrevistados sabe ler e escrever, cerca de 74%.

Os principais motivos apresentados pela condução à situação de rua, segundo a pesquisa nacional se referem aos problemas desse segmento populacional com o alcoolismo, 35,5%, também o desemprego, 29,8% e as desavenças com pai/mãe 29,1%. Já na realidade do município Muriaeense 65% alegou estar na rua por desentendimento familiar, 10% afirmou nunca ter tido família, 10% relatam que perderam todos seus bens materiais na enchente, 20% estar morando na rua por possuir problemas com álcool ou drogas.

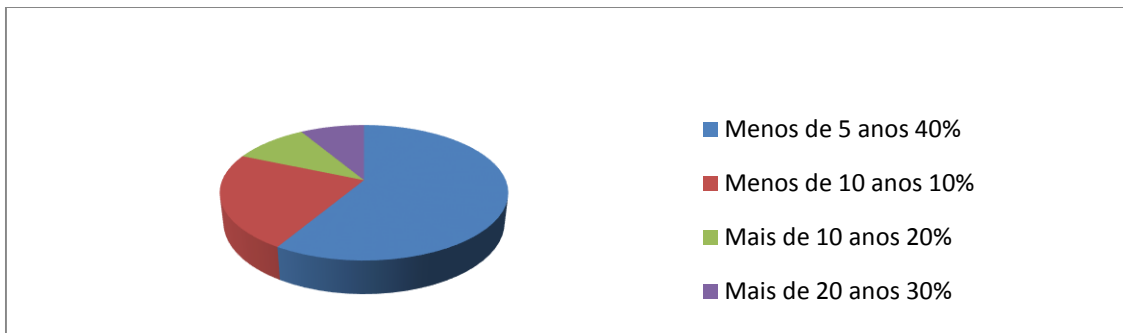
Perguntou-se ainda quem possui alguma doença 35% se considera somente alcoolista, 40% é alcoolista e usuário de drogas, 10% distúrbio mental, 15% diz não possuir nenhuma doença. Da porcentagem que utiliza álcool total foi, portanto 75%, desses 35% afirmaram ter se tornado dependente do álcool depois e terem ido para as ruas. Outras doenças que foram citadas com menos frequência foram: hipertensão, hérnia, câncer, HIV e hanseníase.

Algumas das falas que se pode destacar são:

Usuário de tudo, comecei depois que fui para a rua. Só solto o crack quando eu morrer (A.1).

Se tiver eu bebo, se não tiver eu fico tranquila, hoje em dia não mecho mais com droga, o crack acabou comigo, tenho câncer e urino à toa (A.2).

## **GRÁFICO 2: Permanência na Situação de Rua**



Fonte: Dados da pesquisa.

Dos que possuem vínculo familiar total foi de 20%, já os que possuem outros familiares em situação de mendicância 10%, não possui vínculos familiares nem sabe onde a família se encontra 55%, dos que sabem onde a família se encontra, mas não possui contato 20%.

Nessa perspectiva contactou-se quantos possuem familiares no município, total foi de 25% o que demonstra a dificuldade de se retornar com essa pessoa em situação de rua para o vínculo familiar. A realidade nacional indicou diferente 51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na mesma cidade, mas a maioria, cerca de 38,9% deles afirmaram não manter contato com estes parentes.

Na realidade do município de Muriaé constatou-se ainda que 30% afirma não possuir profissão. Dentre os que afirmam possuir profissão, 20% relatam ser auxiliares de pedreiro, 35% catador de material reciclável, e os outros 15% ora trabalham descarregando caminhão, artesanato, pintura, lavando carros ou consertando-os.

Em relação à religião 10% afirma ser ateu, 10% acredita em Deus, mas não possui religião, outros 55% relatam ser católicos e 25% relatam ser evangélicos.

Indagou-se ainda sobre o nível de sociabilidade desses, dos entrevistados 50% afirma viver só, enquanto outros 50% prefere ficar em grupo, algumas falas interessantes de mencionar são:

Vivo em grupo, tenho medo de dormir sozinho, desde criança sou assombrado (A.6).

Ando sozinho, andava com minha companheira, mas ela me deu L, agora ando com a cachaça (A.1).

Fico em grupo a maioria do pessoal tem o mesmo problema que o meu (A.7).

Por fim outro aspecto que não se pode deixar de destacar é o fato da pesquisa nacional ter constatado que 88,5% desse público afirma não receber nenhum tipo de

benefício dos órgãos governamentais. O que leva-se a acreditar que esse segmento social vive à margem dos direitos sociais.

## **5- CONCLUSÃO**

Este artigo teve por objetivo analisar o perfil das pessoas em situação de rua do município de Muriaé (MG), comparando com os dados apresentados pela pesquisa Nacional sobre população de rua, entendeu-se ser interessante também abordar brevemente a visão da sociedade sobre esses. Para isso foram aplicadas entrevistas semiestruturadas e pesquisa exploratória.

Percebeu-se que os impactos destrutivos do sistema capitalista deixam marcas violentas sobre a população empobrecida, desemprego, fadiga, resignação, moradia precária, dentre outros que quando analisados a partir do segmento populacional que está em situação de rua é ainda mais grave, envolvendo debilidade da saúde, alimentação insuficiente, exclusão nas suas diversas faces e uma luta cotidiana para sobrevivência.

Pode constatar que uma parcela da sociedade ainda possui discurso equivocado a respeito das pessoas que estão em situação de rua, pois 30% desses relataram que as pessoas que estão na rua se excluem da sociedade, observa-se que esses utilizaram a palavra eles se excluem e não a denominação “são excluídos”, ou seja, a percepção crítica acerca do fenômeno que envolve o processo de invisibilidade e marginalidade desses que são excluídos por estarem mal vestidos, mal higienizados e não possuindo um trabalho formal não é percebido por uma parcela significativa dos entrevistados.

A questão apresentada é que a maior parte dos entrevistados está na rua devido à ausência do Estado que não lhes assegura políticas de habitação de qualidade, alimentação, saúde, emprego, renda, dentre outras. Aponta-se necessário a implantação de políticas estruturantes e não apenas de proteção social.

Historicamente essa população tem sido intervenção da política de assistência social, mas diante da pesquisa pode-se verificar que só uma política setorial não é capaz de responder as demandas desse público, faz-se necessário efetivar um trabalho intersetorial, garantindo simultaneamente habitação, lazer, saúde, além de outros direitos dos cidadãos.

Outro ponto evidenciado refere-se a documentação, somente 45% dos entrevistados possui algum tipo de documento, sendo que desses apenas 20% possui algum benefício, nesse sentido visualiza-se mais um entrave para o exercício da cidadania desse segmento, e principalmente no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde, que segundo relatos dos mesmos é dificultado quando não se possui documentos e comprovante de residência.

Verificou-se ainda que na realidade municipal ao grande número de pessoas fazendo das ruas sua moradia há mais de 20 anos: 30% dos entrevistados. A partir desse dado pergunta-se, até que ponto fortalecer os vínculos familiares dessas pessoas é resolutivo nesse município.

O alcoolismo que está presente na realidade brasileira e que se mostra crescente nas cidades como um todo, principalmente nos mais jovens. Na pesquisa constatou-se que 75% dos entrevistados se reconhecem alcoolista e que muitos desses já estiveram internado em comunidades terapêuticas. Indaga-se então, se os métodos utilizados pelas comunidades terapêuticas são eficientes.

Considera-se fundamentais políticas eficientes voltadas para a reabilitação dos dependentes, os consultórios de rua e os serviços dos Centros de Atenção Psicossocial I, II, III, IV. Seguindo os parâmetros estipulados por portes dos municípios, nesse contexto Muriaé possui somente um Centro de Atenção Psicossocial, sendo insuficiente diante a grande demanda.

Concluindo, vale ressaltar a invisibilidade desse público, marginalizado e discriminado pela maior parte da sociedade. Sabe-se que não existe uma legislação pertinente específica para esse segmento, somente um decreto em nível Nacional. Faz-se fundamental pensar alternativas para enfrentar a problemática desse público com mais eficiência, reconhece-se que a inclusão dos mesmos no Cad Único apresenta um ganho, assim como a Política Nacional para essa população, mas verificou-se a imprescindibilidade de aumentar a rede de atendimentos às pessoas em situação de rua e de fortalecer o trabalho intersetorial para esse público.

## 6 - REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**: sumário executivo. Brasília, DF: Meta Instituto de Pesquisa de opinião; SAGI, 2008.

CASTELL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

DUPAS, Gilberto. **A lógica da economia global e a exclusão social**. Estud. av., São Paulo, v. 12, n. 34, Dec. 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141998000300019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141998000300019)>. Acesso em: 21 mar. 2015.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas, São Paulo: v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995. MACHADO, M. N. M. Entrevista de pesquisa: a interação entrevistador / entrevistado. Tese. Belo Horizonte, 1991.

PASTORINE, Aljandra. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Viviane Souza. **População de rua em Juiz de Fora**: uma reflexão a partir da questão social. 2007. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURZTYN, Marcel. (org). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

NETTO, José Paulo (1981). **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, M. Lucia Lopes da. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005**. 2006. Dissertação 44 (mestrado em política social)-Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, 2006.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, Maura Padini Bicudo (ed.). **Por uma Sociologia da Exclusão social**: o debate com Serge Paugam. São Paulo: Educ, 1999.

YASBECK, M. C. **Classes Subalternas e Assistência Social**: Cortez, 1993.